



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º \_\_\_\_/2026.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO GOMES MASSULO**, brasileiro, solteiro, administrador, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.827.570-45, portador da R.G n.º 5099955949, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 406, bairro Pitangueiras, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, por seus representantes legais, Sr \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e portador da C.I. n.º \_\_\_\_\_, expedido pela \_\_\_\_\_, e o Sr. \_\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_ e portador da C.I. n.º \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, neste ato denominada de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º 113/2026, Processo Eletrônico 2025/345, e, em observância às disposições da Lei n.º 14.133 de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Processo Licitatório na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/2026** mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente feito consiste na **contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza e cozinha das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centro de Educação Integral Santo Antônio - CEISA e Centro Educacional Especializado - CAEE**, conforme solicitado pelo memorando nº 616/2026 - SEMED, de 22 de abril de 2026, e de acordo com as especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência, no Anexo II – Projeto Básico, e, abaixo descritas:

ITEM	UN	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	MESES	10	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centro de Educação Integral Santo Antônio - CEISA e Centro Educacional Especializado - CAEE - 35 Postos de trabalho de 8 horas.	R\$	R\$
2	MESES	10	Contratação de empresa para prestação de serviços de cozinha das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Centro de Educação Integral Santo Antônio – CEISA e Centro Educacional Especializado - CAEE - 31 Postos de trabalho de 8 horas.	R\$	R\$

1.1- São anexos a este instrumento e vinculam esta aquisição, independentemente de transcrição:

- 1.1.1- O Termo de Referência
- 1.1.2- O Projeto Básico
- 1.1.3- O Edital de Licitação e seus anexos
- 1.1.4- A Proposta do Contratado

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DESCRIÇÃO DETALHADA:

- 2.1- A prestação dos serviços será realizada através de postos fixos de trabalho, previamente determinados, os quais requerem dedicação exclusiva.
- 2.2- O contrato terá vigência de 12 meses, com período de execução de 10 meses.
- 2.3- Os serviços deverão ser prestados por meio de postos fixos de trabalho, como segue:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

2.4- A prestação dos serviços deverá ocorrer nos locais indicados no quadro abaixo:

Escola Ensino Fundamental	Endereço	Área terreno (m²)	Área construída (m²)	Nº Alunos	Nº Servidores
EMEF Ângelo Tedesco	Rua Francisco Viana, n.º 207, bairro Vila Assis Brasil.	518,24	194,63	63	19
EMEF Antônio Laureano da Cunha Filho	Rua Alcides Cardeal de Souza, n.º 232, bairro Vila Laureano.	3.366,09	1.810,34	388	51
EMEF Doze de Outubro	Estrada Walmiro Modinger, n.º 17052, localidade Imbiruçu.	753,25	179,68	54	09
EMEF José de Anchieta	Localidade Montenegro.	1.812,10	519,61	78	28
EMEF José Inácio Machado Ramos	Localidade Serraria Velha.	1.209,95	768,40	204	33
EMEF José Telmo Martins	Localidade Sertão do Cantagalo.	10.121,02	458,24	34	13
EMEF Madre Teresa	Rua Alípio Selistre, n.º 177, bairro Madre Teresa.	1.054,76	539,24	219	50
EMEF Manoel Machado dos Santos	Localidade de Arroio da Madeira.	1.041,36	288,61	53	13
EMEF Nercy Rosa	Rua Adelaide Peixoto Monteiro, n.º 255, bairro Menino Deus.	1.284,72	443,02	212	43
EMEF Nossa Senhora de Fátima	Rua Otávio Luis da Silveira, n.º 31, Bairro Lomba da Páscoa.	2.567,94	1.567,32	423	57
EMEF Nossa Senhora Medianeira	Localidade de Cantão II, Boa Vista.	24.612,92	1.314,31	136	26
EMEF Santa Inês	I - Rua Oscar Ferreira de Jesus, n.º 116, bairro Bom Princípio.	2.030,00	677,36	403	66
	II - Rua Francisco Borges de Lima, n.º 713, bairro Bom Princípio.	7.615,44	1.285,23		



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prédios Administrativos e outros	Endereço	Área terreno (m²)	Área construída (m²)	Nº Alunos	Nº Servidores
CAEE	Av. Cel. Victor Villa Verde, n.º 710, bairro Centro.	600,00	190,00	312	12
CEISA	Rua Capitão José Machado da Silva, nº1102, localidade de Esquina dos Morros.	29.953,00	1.078,12	170	14

### 2.5- Dependências, horários e características específicas dos locais:

Escolas Ensino Fundamental	Dependências	Horários	Postos de cozinha 8 horas	Postos de limpeza 8 horas
EMEF Ângelo Tedesco	04 salas de aula, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 secretaria, 01 área de serviço, 01 área coberta, 03 banheiros.	7h às 18h	1	2
EMEF Antônio Laureano da Cunha Filho	01 quadra coberta de esportes com vestiário (01 masculino e 01 feminino), 01 cozinha, 01 refeitório, 01 despensa, 01 almoxarifado, 01 secretaria, 01 sala de direção, 01 sala de professores, 01 sala AEE, 01 biblioteca, 07 banheiros, 11 salas de aula, 01 saguão, 01 área de circulação.	7h às 18h	3	4
EMEF Doze de Outubro	01 quadra de esporte aberta, 01 cozinha, 03 banheiros, 01 área coberta, 01 depósito, 01 sala de direção, 01 secretaria, 04 salas de aula, 01 sala de professores.	7h às 18h	1	1
EMEF José de Anchieta	01 quadra coberta, 07 salas de aula, 04 banheiros, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 despensa, 01 secretaria, 01 sala professores, 01 almoxarifado, 01 sala rádio escola.	7h às 18 h	3	1
EMEF José Inácio Machado Ramos	01 quadra coberta, 01 sala professores, 07 salas de aula, 03 banheiros, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 lavanderia, 01 despensa, pátio coberto, 01 biblioteca, 01 secretaria, 01 sala direção, escadaria interna.	7h às 18h	2	2



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

<b>EMEF José Telmo Martins</b>	04 banheiros, 02 áreas cobertas, 01 depósito, 01 sala de professores, 01 sala direção/secretaria, 01 cozinha, 01 refeitório, 07 salas de aula, 01 quadra aberta.	7h às 18 h	1	1
<b>EMEF Madre Teresa</b>	01 saguão, 01 área coberta, 01 secretaria/direção, 01 sala de professores, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 depósito, 05 banheiros, 11 salas de aula, 01 escadaria interna.	7h às 18 h	3	4
<b>EMEF Manoel Machado dos Santos</b>	01 cozinha, 01 refeitório, 01 secretaria/direção, pátio coberto, 04 banheiros, 01 sala de AEE, 01 depósito, 01 lavanderia, 01 despensa, 04 salas de aula.	7h às 18 h	1	1
<b>EMEF Nercy Rosa</b>	01 sala de direção, 01 saguão, 01 secretaria, 01 sala professores, 01 cozinha, 01 lavanderia, 05 banheiros, 07 salas de aula, 01 sala AEE, 01 biblioteca, 01 refeitório, 01 depósito, 01 área coberta.	7h às 18 h	3	4
<b>EMEF Nossa Senhora de Fátima</b>	01 quadra de esportes coberta, 06 banheiros, escadaria interna, 01 cozinha, 01 refeitório, 01 despensa, 01 depósito, 01 saguão, 14 sala de aulas, 01 secretaria, 01 sala de direção, circulação, 01 sala professores, 01 sala de AEE, 01 área de serviço.	7h às 18 h	1	3
<b>EMEF Nossa Senhora Medianeira</b>	07 salas de aula, 01 quadra coberta com vestiário (01 masculino e 01 feminino), 01 depósito, 01 secretaria, 01 sala de direção, 01 sala de professores, 01 sala de AEE, pátio coberto/refeitório, circulações cobertas, 01 cozinha, 01 despensa, 01 lavanderia, 01 depósito, 04 banheiros.	7h às 18h	3	3
<b>EMEF Santa Inês</b>	I - 01 cozinha, 01 despensa, 01 secretaria, 01 sala de direção, 01 sala de supervisão, 01 depósito, 01 biblioteca, 01 quadra coberta, 01 saguão/ refeitório, 05 banheiros, 12 salas de aula.	7h às 18h	6	6
	II - 07 salas de aula, 01 pátio coberto/refeitório, 01 cozinha, 01 dispensa, 01 área de serviço, 01 vestiário, circulações, 1 sala professores, 01 almoxarifado, 01 secretaria, 1 arquivo, 1 sala direção, 5 banheiros, circulações.			



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Prédios Administrativos e outros	Dependências	Horários	Postos de cozinha 8 horas	Postos de limpeza 8 horas
CAEE	05 salas de atendimento, 01 banheiro masculino e 01 feminino, 01 banheiros de profissionais, 01 secretaria e recepção, 01 cozinha, 01 corredor, 01 despensa, 01 área de entrada coberta, 01 sala de direção, 01 refeitório.	7h às 17h	1	1
CEISA	08 banheiros, 12 salas de aula, 01 cozinha, 01 despensa, 05 depósitos, 01 refeitório, circulações, 01 sala professores, sala direção.	07h às 17h	2	2

**2.6-** O horário da prestação de serviços poderá ser alterado conforme a necessidade da Administração Municipal, não ultrapassando a carga horária de 40 horas semanais. Caberá a cada escola definir a escala de horários respeitando, no entanto, as 40 horas semanais.

**2.7-** Poderão ser exigidas execução dos serviços em sábados, domingos e feriados, conforme a necessidade dos locais;

**2.8-** A empresa contratada deverá realizar visita periódica nas Escolas, com comprovação de documento de vistoria.

### **2.9- PARA OS SERVIÇOS DE LIMPEZA:**

**2.9.1-** Executar trabalhos rotineiros de limpeza em geral, ajudar na remoção ou arrumação de móveis e utensílios;

**2.9.2- Serviços que devem ser executados diariamente:** Fazer o serviço de faxina em geral, conforme cronograma para os serviços de limpeza da Unidades na qual estará lotado; Remover sujidades de móveis e equipamentos; Limpar escadas, pisos, passadeiras e utensílios; Arrumar banheiros e toaletes (no mínimo 04 vezes ao dia); Coletar lixo dos recipientes colocando-os nos depósitos apropriados (no mínimo 02 vezes ao dia); Fechar portas, janelas e outras vias de acesso.

**2.9.3- Serviços que devem ser executados semanalmente:** Limpar tapetes; Lavar e encerar assoalhos; Remover sujidades de paredes, tetos, portas, janelas; Varrer pátios.

**2.9.4- Serviços que devem ser executados mensalmente:** Lavar vidros, espelhos e persianas.

**2.9.5-** A periodicidade das atividades pode ser alterada conforme necessidade da Unidade.

### **2.10- PARA OS SERVIÇOS DE COZINHA:**

**2.10.1-** Os profissionais da cozinha deverão exercer atividades relacionadas ao recebimento, estocagem, preparação e distribuição da alimentação, bem como a higienização do ambiente e tarefas afins. As atividades devem respeitar os procedimentos operacionais padronizados (POPs), as rotinas implementadas pelo Setor da Alimentação Escolar, o cumprimento dos cardápios elaborados pelos nutricionistas da Secretaria Municipal da Educação, assim como, atender as normas relacionadas à administração do município de Santo Antônio da Patrulha. Para tanto, especifica-se abaixo atividades destes profissionais.

**2.10.2- Serviços que devem ser executados diariamente:** Utilizar o uniforme completo nas áreas de manipulação de alimentos durante todo o turno de trabalho e atender as normas de higiene pessoal e não utilização de adornos; Realizar a completa antisepsia das mãos, conforme procedimento





padrão, antes de ter contato com utensílios e alimentos; Realizar a higienização e pré-preparo das matérias-primas recebidas na cozinha (descongelamento, descasque, cortes, tempero), realizar a cocção de todos os preparos elencados no cardápio diário, bem como, o fornecimento de dietas especiais para crianças que apresentam laudo de alguma patologia específica, conforme orientação dos nutricionistas do Setor de Alimentação Escolar. Essas atividades serão realizadas em todos os turnos em que houver atendimento da alimentação escolar; Produzir pães, biscoitos e bolos quando indicado no cardápio; Operar fogões, fornos, aparelhos eletrodomésticos e demais equipamentos de cozinha; Preparação de solução clorada, conforme procedimento padrão, que será utilizada para higienização de frutas consumidas com casca e verduras servidas cruas; Realizar a limpeza de utensílios, equipamentos e estrutura da cozinha no mínimo 3 vezes ao dia (nos intervalos das refeições principais) e sempre que necessário; Conservação de utensílios, aparelhos e equipamentos de cozinha; manter a higiene do local de trabalho; Realizar a guarda e conservação dos alimentos em vasilhame e locais apropriados observando as datas de validade; Lavar as louças utilizadas no refeitório ao final de cada refeição; Realizar coleta de amostra dos alimentos conforme procedimento padrão; Realizar o registro do controle de temperatura dos equipamentos dos alimentos; Realizar o registro do controle de temperatura das preparações distribuídas.

**2.10.3- Serviços que devem ser executados semanalmente:** Encarregar-se do recebimento e conferência dos alimentos, verificando o padrão de qualidade, bem como, a planilha de distribuição encaminhada pelo Setor de Alimentação; Realizar o adequado armazenamento e a conservação de alimentos, zelando pelo prazo de validade, utilizando os produtos na ordem “primeiro que vence é o primeiro que sai”; Realizar a higienização completa e o registro, conforme procedimento padrão dos móveis da cozinha e do depósito de alimentos; Realizar a higienização completa e o registro, conforme procedimento padrão dos freezers e refrigeradores quinzenalmente e sempre que necessário.

**2.10.4- Serviços que devem ser executados mensalmente:** Fazer a contagem de estoque e preencher planilha de controle para orientar o reabastecimento de alimentos.

**2.10.5- Serviços que devem ser executados semestralmente:** Acompanhar o trabalho da empresa terceirizada que realiza o controle integrado de vetores e pragas, assim como, informar aos responsáveis casos de intercorrências com insetos antes deste prazo. Também deve acompanhar semestralmente a higienização do reservatório de água.

**2.11-** Materiais de higiene e limpeza, para execução do serviço, serão fornecidos pela Prefeitura.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Esta contratação tem como objetivo principal assegurar a realização dos serviços de limpeza e alimentação escolar, evitando transtornos e garantindo o comprometimento do atendimento qualificado, especialmente aos alunos, nas unidades escolares.

A Contratação por postos fixos de trabalho é essencial para manter o funcionamento das Escolas Municipais, Centro de Educação Integral Santo Antônio - CEISA e Centro Educacional Especializado - CAEE.

Justifica-se, ainda, em razão da inexistência de servidores efetivos no quadro municipal em quantidade que atenda à demanda exigida para tais serviços, uma vez que os cargos foram extintos.

### **CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**4.1-** O contrato firmado terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério das partes.

**4.2-** O contrato terá vigência de 12 meses, com período de execução de 10 meses.

**4.3- Durante o período de férias em janeiro, das Escolas Municipais de Ensino Fundamental, CEISA e CAEE, correspondente a 30 dias, e recesso escolar de 30 dias, não haverá necessidade da prestação dos serviços, suspendendo a execução do contrato nestes períodos. Não havendo pagamento no período em que o contrato está suspenso;**

**4.4-** O valor contratado poderá ser reajustado, após um ano da sua vigência, pelo índice acumulado da variação do IPCA E/OU repactuação conforme convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo.

**4.5- Na hipótese das assinaturas eletrônicas se darem em datas diferentes da data do documento, prevalecerá a data da última assinatura.**

**4.6-** É fixado o prazo de 03 (três) dias para a assinatura do instrumento de contrato, a contar da data da convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**4.7-** A fiscalização do respectivo contrato será realizada pelos servidores designados pela Secretaria Municipal da Educação (SEMED) nomeados através de Portaria, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento.

**4.8-** A CONTRATANTE poderá solicitar em qualquer tempo, o afastamento dos profissionais que não estejam satisfazendo as necessidades dos serviços. Após notificação, a solicitação de substituição do profissional cuja conduta seja considerada inconveniente ou insatisfatória pelo CONTRATANTE, deverá ser atendida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, não fazendo-se necessário declarar os motivos de tal exigência;

**4.9-** A substituição do colaborador ausente deverá ser realizada em caráter imediato em caso de eventual ausência tais como faltas, atestados, férias e licenças, devendo a CONTRATADA identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do contrato. Em caso do não cumprimento desta obrigação o CONTRATANTE realizará o desconto integral do período em que estiver desatendido;

**4.10-** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município ou a terceiros, decorrentes de má execução dos serviços ora contratados, inclusive quanto a acidentes, morte, perdas ou destruição;

**4.11-** A CONTRATADA assumirá todas as responsabilidades e tomará as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito, por seus meios próprios.

**4.12-** A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

### **4.13- DA GARANTIA**

**4.13.1-** No prazo de 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, deverá a contratada apresentar garantia, numa das modalidades previstas no art. 96, § 1º, I a IV, da Lei 14.133/2021, correspondente a 5% do valor do contrato.

**4.13.2-** A licitante terá o prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei 14.133/2021. Caberá à contratada manter a validade da garantia durante o período de vigência contratual.

**4.13.3-** O seguro garantia deve prever o pagamento de multas contratuais e contemplar Cobertura de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do contrato em relação aos serviços.

**4.13.4-** O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

**5.1-** O valor contratual é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**5.1.1-** O pagamento será efetuado mensalmente, em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal, em que será considerado para remuneração apenas os dias em que o serviço for efetivamente prestado. A contratada deverá apresentar os documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual deve estar discriminado o serviço prestado e deverá ainda constar na Nota Fiscal o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura.

**5.2-** O pagamento somente será realizado após as vistorias e liberação realizada pelos fiscais do contrato.

**5.3-** Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a CONTRATANTE, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

**5.4-** O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.

**5.5-** A fatura deverá vir acompanhada da última CND da RF e Contribuições Sociais e prova de regularidade junto ao FGTS; bem como relatório do FGTS DIGITAL ou outro relatório que o substitua em decorrência da legislação do e-social do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação. Deverão ser apresentados os comprovantes de pagamento dos salários dos empregados envolvidos na prestação de serviço.

**5.6-** A CONTRATANTE não efetuará nenhum pagamento a CONTRATADA, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

**5.7-** A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a contratada comprove documentalmente, a regularidade fiscal por meio da CND da RF e Contribuições Sociais, FGTS e relatório do FGTS DIGITAL ou outro relatório que o substitua em decorrência da legislação



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

do e-social do mês da cobrança e respectivo comprovante de quitação, relativos a todos os empregados vinculados aos serviços contratados. A fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da contratada será realizada através de servidor designado no setor de Contabilidade.

**5.8-** A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, alterado pela IN RFB 2108/2022.

**5.9-** Juntamente com a primeira nota fiscal da execução dos serviços a empresa contratada deverá apresentar laudos PGR, PCMSO e LTCAT vigentes, bem como mantê-los sempre atualizados, sob pena de decair a contratação, salvo na hipótese de não possuir empregados registrados, quando, deverá apresentar cópia da RAIS negativa, já exigível com o seu recibo de entrega.

**5.10-** A contratada deverá ser emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço contratado).

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - O dispêndio financeiro decorrente da contratação pretendida decorrerá das seguintes dotações orçamentárias:

**Dotação:** 2026/634 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

**Programa de Trabalho:** 05.02.12.361.0010.2056 - Manutenção dos Padrões de Qualidade do Ensino Fundamental

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

**Fonte de Recurso:** 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos

**Rubrica Item:** 3.3.90.39.78.00.00.00 - LIMPEZA E CONSERVACAO

**Dotação:** 2026/637 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

**Programa de Trabalho:** 05.02.12.361.0010.2056 - Manutenção dos Padrões de Qualidade do Ensino Fundamental

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA

**Fonte de Recurso:** 1550 - Transferência do Salário-Educação

**Rubrica Item:** 3.3.90.39.78.00.00.00 - LIMPEZA E CONSERVACAO

**Dotação:** 2027 - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

### CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

**7.1-** O pagamento conforme o determinado neste instrumento.

**7.2-** Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

**7.3-** Durante a vigência do contrato, enviar correspondência a CONTRATADA, sempre que necessário, informando possíveis ações que estejam em desacordo com o contrato estabelecido;

**7.4-** Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados.

### CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

**8.1-** Executar o objeto licitado conforme especificações do edital, do Termo de Referência e em consonância com a proposta de preço apresentada.

**8.2-** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**8.3-** Substituir o colaborador ausente em caráter imediato em caso de eventual ausência tais como faltas, atestados, férias e licenças, devendo a CONTRATADA identificar previamente o respectivo substituto ao fiscal do contrato. Em caso do não cumprimento desta obrigação o CONTRATANTE realizará o desconto integral do período em que estiver desatendido;

**8.4-** Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante;

**8.5-** Indenizar a terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência da prestação de serviços do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades;

**8.6-** Comunicar, por escrito, na forma do estabelecido neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido no fornecimento do serviço ou que possam comprometer a sua qualidade;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**8.7-** Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do contratante;

**8.8-** Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais;

**8.9-** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, durante a realização desta prestação de serviços;

**8.10-** Durante a vigência do contrato, encaminhar toda correspondência ao contratante, referente ao objeto do contrato, exclusivamente por meio do fiscal;

**8.11-** Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes deste certame;

**8.12-** Fornecer uniformes, equipamentos de proteção individual e mão-de-obra necessários, em conformidade com as normas e legislações vigentes.

**8.13-** A CONTRATADA obriga-se, por si, seus funcionários, subcontratados e/ou prepostos, a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnicas ou comerciais, inovações ou aperfeiçoamentos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a lhe ser confiado, em razão dos serviços a serem executados, sejam eles de interesse dessas empresas ou de terceiros, não podendo divulgar;

**8.14-** Não se estabelece, por força dos serviços executados, nenhum vínculo empregatício entre a Prefeitura de Santo Antônio da Patrulha e o pessoal empregado pela CONTRATADA, cabendo à CONTRATADA todas as responsabilidades trabalhistas, securitárias, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de modificações na legislação em vigor, relativamente aos seus empregados envolvidos na execução do presente contrato, vinculados, direta ou indiretamente, à CONTRATADA;

**8.15-** A proposta deve contemplar em seu valor, as despesas de Vale transportes, e que os respectivos valores deverão estar contidos na planilha de custos;

**8.16-** Nos casos de cessão de mão-de-obra, juntamente com a primeira nota fiscal da execução dos serviços a empresa contratada deverá apresentar laudos PGR, PCMSO e LTCAT vigentes, bem como mantê-los sempre atualizados, sob pena de decair a contratação, salvo na hipótese de não possuir empregados registrados, quando, deverá apresentar cópia da RAIS negativa, já exigível com o seu recibo de entrega.

**8.17-** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho;

**8.18-** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha;

**8.19-** Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução dos serviços.

**8.20-** Atender as determinações da fiscalização da CONTRATANTE.

**8.21-** Obrigação de cumprimento de Cota de Aprendizado Profissional, conforme art. 429 e seguintes da CLT.

### CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.1.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**a) Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021);



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**b) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

**c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021);

**d) Multa:**

d.1) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, nas hipóteses das alíneas “a”, “b” e “d”.

d.2) moratória de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

d.3) O atraso superior a 02 meses autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art 137 da Lei n.º 14.133/2021.

d.4) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, previstas nas alíneas “c”, “e”, “f”, “g” e “h”.

**d.5) As penalidades de multa serão atualizadas pelo índice do IPCA-IBGE.**

**9.2.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei n.º 14.133/2021);

**9.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021);

**9.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei n.º 14.133/2021);

**9.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei n.º 14.133/2021);

**9.6.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.7.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021):**

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.9.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art.159 da referida Lei.

**9.10.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

**9.11.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**9.12.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**9.13.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXTINÇÃO**

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Em caso de atraso no pagamento, o **CONTRATANTE** pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** - O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 062/2026**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** - Aplica-se ao presente contrato a Lei Complementar 123/06, o Decreto Municipal nº 333/2022 e, subsidiariamente, a Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores e, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - O extrato do presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme dispõe o artigo 94, da Lei 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - Em razão da inexistência de exigência legal, fica dispensada a assinatura das testemunhas e do fiscal.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santo Antônio da Patrulha, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**RODRIGO GOMES MASSULO**

Prefeito Municipal  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**